



Eleições de 26 de Novembro de 2022

PROGRAMA LISTA E

Com a tua participação, decisão e com unidade, o Bloco será + forte !

(Re) COMEÇAR DE NOVO

. Vivemos tempos conturbados e difíceis. Sucedem-se as crises do sistema do capital – de 2007/8, à escala global, a 2012, com a intervenção da troika, a pandemia e, agora, a guerra. Aprofundam-se as desigualdades sociais, a precariedade, a pobreza, a fome, consequência das baixas pensões e dos baixos salários.

. Decorridos 2 anos sobre a última eleição para a Coordenadora Concelhia de Lisboa e o mandato que agora termina, nós, como militantes, seremos chamadas/os a eleger este importante órgão de coordenação política do partido. Estes dois anos foram intensos na cidade de Lisboa. Muito mudou na ação e influência do partido, quer em Lisboa quer no País.

. Tivemos um último ano de mandato de Medina e do PS à frente do Concelho de Lisboa. Tínhamos um acordo de maioria na Câmara que não foi cumprido plenamente. Era um acordo vasto, que priorizava o direito à habitação contra os despejos, de a defesa do património municipal, o planeamento do território e do urbanismo, a saúde e os direitos sociais, os transportes e o direito à mobilidade. O resultado é conhecido de todos/as.

. Nas últimas eleições autárquicas, de setembro de 2021, após o apuramento dos mandatos para a CML, AM e Assembleias de Freguesia, a contagem revelou uma perda do Bloco de mais de 3000 votos. Esse resultado, não nos deixando de braços caídos, trouxe-nos forte preocupação pela redução da nossa representatividade e pela vitória de Carlos Moedas e da direita – sem maioria absoluta mas contando com o conluio de bloco central com o PS – acompanhada, como foi, pela ascensão da extrema-direita na cidade de Lisboa, que não conseguimos travar,.

. A reflexão livre e profunda sobre os motivos que levaram a essa avaliação que o eleitorado fez do trabalho do BE nos últimos 4 anos ficou por fazer. Também a nível nacional, nas eleições legislativas de 30 de janeiro deste ano, o Bloco voltou a ter forte quebra no voto popular com particular expressão em Lisboa, que suscita a maior preocupação.

. Importa arrepiar caminho e criar um projeto mobilizador para Lisboa. É, pois, absolutamente necessário que para a Coordenadora Concelhia de Lisboa se consiga um projeto comum que resulte da diversidade dos contributos da sua nova composição, baseado na pluralidade e na cooperação democrática, que esteja para além de facciosismos, que se apresente mobilizador para todos/as os/as aderentes que querem ver reerguido o Bloco na Cidade. O espaço do debate interno não deve ficar restrito às correntes verticalizadas, porque isso expulsaria da vida coletiva quem não se reconhece ou não quer estar em nenhuma delas. **O momento é de debate livre e participado para dar espaço às diferenças, sem medos, que decorrem das múltiplas experiências e saberes. Precisamos do debate que assuma a complexidade do real, mais do que os que encaixam em grelhas pré-determinadas. É assim que se alcança a união de quem luta por um Bloco e por uma Coordenadora Concelhia revigorados, interventivos a apoiar as lutas do trabalho, pelo**

ambiente e pelos sistemas ecológicos, pela igualdade de género e pelos direitos LGBTI, antirracista e pelo direito à Cidade. Esta Coordenadora Concelhia plural, unida e com um projeto comum na sua diversidade assume a capacidade de intervenção sobre TODA a Política para Lisboa.

Foi esse o sentido do nosso APELO dirigido a todas/os as/os militantes da Cidade.

A palavra às/aos aderentes!

. Quando decidimos **“COMEÇAR DE NOVO”** fomos todos/as convocados para tomar em mãos a construção de um novo movimento plural capaz de se constituir como alternativa na política nacional. **“É daqui que queremos partir para a construção de uma esquerda popular, plural, combativa e influente, que seja capaz de reconstruir a esperança.”**.

Quando defraudamos quem em nós sempre acreditou e ajudou a construir este projeto, somos penalizados.

. Toda a Política nos é devida e sobre toda a Política temos o direito e o dever de intervir. Não aceitaremos ser empurrados pela Direita que governa a cidade para guetos de ativismo casuístico ou infantilizados. Teremos intervenção e iniciativa sobre TODAS as dimensões da cidade.

. A nova Coordenadora Concelhia de Lisboa, em articulação prévia com os/as eleitos/as na AML, nas Assembleias de Freguesia e a Vereadora na CML, tem de tomar posição em tempo oportuno sobre políticas de planeamento e urbanísticas, lutando pela garantia do direito à habitação acessível em Lisboa para quem trabalha em Lisboa, pelo fim da especulação, por transportes públicos densos e de qualidade, rejeitando cabalmente a contínua turistificação da cidade.

. Temos que tomar posição relativamente à revisão do PDM, que deve iniciar-se em outubro, para que prevaleçam as boas políticas públicas e não os interesses imobiliários privados (tão do agrado da Direita) na regulação do território da cidade. Há que resgatar Lisboa do sequestro de que permanece refém.

. Temos de mobilizar a força dos activismos em redor do chapéu da militância cidadã, numa lógica que vê no Trabalho o factor de desenvolvimento da Sociedade e da Cidade, e reforçar o combate pelos direitos contra todas as desigualdades, económicas, de género, étnicas, de orientação sexual, religiosas e outras, exploradas pelo capitalismo.

. **Para essa batalha é necessário dinamizar e descentralizar o funcionamento do Bloco na Concelhia, e não centralizá-lo; dar voz aos/às aderentes e aos núcleos de freguesia, dando-lhes liberdade e meios para trabalharem no terreno e construírem, pelo território e junto da população, políticas e soluções nas quais, também como eleitores, os trabalhadores e a juventude se possam rever na próxima batalha autárquica. É preferível o risco de erro que decorre da iniciativa, ao que a pode sufocar.**

. **As sucessivas crises expuseram os problemas estruturais do país e da nossa Cidade**, a monocultura do turismo, a destruição do direito à habitação, a expulsão de parte da população de Lisboa, agravada pelos custos da capitalidade, o desmantelamento e desinvestimento nos transportes e nos serviços de saúde, a gravidade da precariedade laboral, os baixos salários e as condições de vida das populações atiradas para as periferias urbanas.

. Queremos uma Lisboa para todos/as, mas focada em políticas para os/as que nela trabalham e habitam. Sem argumentos de autoridade moral, intelectual ou outra, convidamos todos a reunir e trabalhar em

conjunto. **Pelo Bloco e por Lisboa! Temos de fazer a diferença, abertos à sociedade. Democracia plena e transparente, onde todos tenham papel, onde todos contem!**

1. O direito à cidade conquista-se pela afirmação social no terreno, por uma alternativa de esquerda!

. **O Direito à Cidade choca com a visão mercantilista e neoliberal da cidade que a eleição de Carlos Moedas veio agravar. É que, mesmo não tendo a maioria na Câmara nem na Assembleia Municipal, Moedas e a sua coligação de direita têm em geral contado com o apoio do PS.**

. As primeiras decisões de Moedas e da sua coligação de direita vão no sentido contrário ao **Direito à Cidade** dos Lisboaetas, favorecendo a especulação e a gentrificação e continuando a afastá-los da cidade. É a tentativa recente de venda de 2 lotes de terreno na freguesia do Lumiar, são as decisões de atribuir direitos de construção a fundos imobiliários privados (ex. palacetes no Príncipe Real ou no Jardim Botânico), a alienação de habitação social, os despejos sistemáticos de casas municipais, a deterioração do património municipal e a falta de decisões e mesmo oposição à construção de habitação acessível com financiamento exclusivamente público, o constante favorecimento dos novos registos de Alojamento Local (AL), entretanto algo travado pela oposição, nomeadamente pelo Bloco de Esquerda, até à elaboração de um novo Regulamento para o Alojamento Local. Todas estas políticas têm afastado as pessoas da cidade para a periferia. **Apoiamos a decisão dos movimentos de cidadãos de lançar um Referendo para que se declare a nulidade das licenças de AL atribuídas em imóveis habitacionais, a favor do direito à habitação em Lisboa. A alterações em curso na CML ao Regulamento do AL não deve permitir alojamentos locais em imóveis destinados à habitação.**

. **Direito à cidade é todos poderem aceder aos bens que a cidade inclusiva e participativa deve proporcionar:** habitação, emprego, transportes, espaço público, serviços públicos, saúde, educação, cultura e segurança. Lisboa é a cidade com menor número de médicos de família por habitante. Precisa de mais centros de saúde e de médicos de saúde familiar. Temos de criar condições para proteger os mais desprotegidos. **A função social da cidade tem de ser prioridade dos movimentos sociais e da esquerda.**

. **Um Bloco que assume as questões da urbe,** da participação e democracia, do trabalho e dos direitos sociais, da educação e da cultura, das mulheres trabalhadoras, das comunidades imigrantes exploradas, da cidade sénior e dos direitos a um envelhecimento mais ativo (criação de mais e novos apoios para os idosos, lares e centros de dia), dos apoios às crianças (mais creches públicas gratuitas e uma requalificação do parque escolar), da multiculturalidade e da luta contra o racismo e a homofobia, do respeito pela luta ambiental e do equilíbrio no usufruto da cidade entre as pessoas e os animais. **Discriminações são atentados ao direito pleno à cidade.**

. A ação do Bloco tem de assumir posição de permanente apoio aos movimentos sociais, de incentivar e apoiar ações de rua em luta pelos objetivos políticos de cidadania, promover abaixo-assinados, mobilizar a população em defesa das políticas públicas do Direito à Cidade contra a políticas que favorecem a especulação e a financeirização das políticas da cidade.

1. Propostas para enfrentar a crise

. Direito à Habitação

. A turistificação da Cidade de Lisboa destrói o usufruto da cidade pelos lisboetas, alimenta políticas de precariedade no emprego e baixos salários. A política da especulação urbanística dos solos e do imobiliário serve os interesses de quem olha para a cidade como um mero espaço de negócio! A cidade cresce desordenadamente, ao sabor dos grandes grupos do imobiliário. Queremos uma cidade para as pessoas, não para o lucro.

. Os princípios que norteiam a nossa acção são:

– devolver Lisboa ao povo e aos trabalhadores de Lisboa: municipalização dos solos urbanos, expropriação dos fundos imobiliários e de todos os veículos de especulação imobiliária, planeamento e urbanismo, programa massivo de construção, reabilitação e urbanização a preços apoiados e acessíveis.

. Num levantamento feito em poucos meses: **48 mil casas na Cidade de Lisboa estão vazias e 2 mil estão devolutas no Parque Municipal de Habitação;**

. **Há na cidade 320 mil casas e 244 mil famílias. Entre os casos de residência habitual, 50% são proprietários (122 mil casas) e 42% arrendatários (102 mil);**

. **Das casas de residência habitual em Lisboa, 88,6% dos casos são de propriedade privada, 11,1% de propriedade pública ou social e só 0,3% de cooperativas.**

. **Em termos de carências, o número de candidatos a programas municipais de rendas acessíveis e apoiadas superou 8.600 em 2021, ano em que só houve resposta para 252 casos.**

. **As dificuldades para as famílias aumentam, se tivermos em conta que no mercado do arrendamento só 2% das casas para arrendar estão abaixo dos 750€/mês e 8% das casas só estão disponíveis para arrendar a perto de mil euros/mês;**

. **Propor a criação de um novo programa de desenvolvimento de habitação pública – PPH – Programa Público de Habitação – com expressão metropolitana. A Câmara Municipal de Lisboa (CML) deve iniciar com urgência negociações com o Governo no sentido do desenvolvimento de um Plano Estratégico da Habitação Pública a encomendar com urgência a uma instituição académica conjuntamente com o IHRU, mobilizando imóveis do poder central, da CML, do IHRU, da Misericórdia de Lisboa e, sempre que necessário, de particulares, num programa público de habitação e reabilitação urbana associado ao desenvolvimento de uma bolsa pública de habitação para arrendamento a preços acessíveis. Este deve estar integrado no programa local de habitação e dar expressão à Lei de Bases da Habitação e à Carta Municipal de Habitação em elaboração, colocando no mercado uma percentagem significativa de habitação pública (devemos caminhar com o objetivo de pelo menos 30% do parque habitacional ser público);**

. **A CML tem direito de preferência nas transações imobiliárias na cidade de Lisboa. Usar este direito com muito mais atenção e determinação, como forma de adquirir prédios ou fogos para colocar no programa público de renda acessível, ao preço predial actualizado pelas finanças;**

. **Concretizar a dotação do parque habitacional municipal de frações, edifícios ou terrenos com condições para assegurar o acesso à habitação a mais 25 mil pessoas no curtíssimo prazo, face à atual oferta de habitação municipal, conferindo assim a possibilidade ao Município de intervir no mercado imobiliário a qualquer momento e de garantir o acesso ao Direito à Habitação;**

. **É necessário que o repovoamento da cidade se faça ocupando o edificado construído da cidade. O Estado central detém tem inúmeros imóveis e quartéis que deve colocar ao serviço da cidade, pelo que deve ser**

. **Concretizado dentro do pilar no Programa de Renda Acessível, integralmente financiado pelo Município ou em parceria com entidades públicas, que deve atingir 10 mil fogos até ao final do atual mandato, com uma taxa de esforço de aproximadamente de 30%;**

- . **Prosseguir a reabilitação dos Bairros Municipais**, visando a melhoria das condições de habitabilidade e eficiência energética;
- . **Garantir que famílias em risco habitacional pós-pandemia, de crise inflacionária e de recessão que se anuncia não possam ser despejadas;**
- . **O novo Regulamento de Alojamento Local (AL) deve ser muito mais restritivo na atribuição de licenças, retirando pelo menos 15 mil AL para habitação;**
- . **Dinamização das Cooperativas de habitação;**
- . **Concretizar e estabelecer com Instituições de Ensino Superior e com a Administração Central, usando por exemplo quartéis par um programa de residências universitárias (5 mil)**

2. PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

- . **Elaboração de uma nova Carta Estratégica de Compromisso com o Futuro da Cidade até 2024, ano cinquentenário da revolução, de aprofundamento da democracia e das políticas públicas para a Cidade e para o território metropolitano.**
- . **Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM)**, visando a disciplina urbanística e do uso do solo e a proteção do património cultural e ambiental:
 - . Abertura de procedimento de alteração simplificada do PDM com vista ao alargamento da lista de bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis;
 - . Iniciar a revisão dos instrumentos de ordenamento do território, ou outros adequados ao mesmo fim, tendo em vista a efectivação do ponto anterior, com a **fixação de um mapa de quotas;**
 - . **Percentagem mínima de 25%** do edificado, nas novas construções ou operações de reabilitação, destinada a **habitação para a renda acessível**. Alteração dos instrumentos de gestão territorial.
 - . Garantir nos termos do RMUEL a prévia sujeição a **discussão pública** do licenciamento de todas as operações de loteamento com significativa relevância;
 - . **Revisão do Regulamento Municipal que regula o Sistema de Incentivos a Operações Urbanísticas com Interesse Municipal;**
 - . **Combate à manutenção abusiva de direitos urbanísticos adquiridos;**
 - . **Municipalização dos solos;**
 - . **Expropriação dos fundos imobiliários.**

3. Ecologia da cidade conquistam-se com justiça social, territorial, ambiental e energética!

- . Na luta pelo direito à Cidade, é preciso defender um programa de Justiça Social e Económica, em que o objectivo de criar um programa de transição ecológica e energética defina eixos estratégicos de criação de emprego com trabalho cooperativo e comunitário, de modo a todos/as poderem usufruir dos bens e serviços públicos que a cidade inclusiva proporciona.
- . Perante a emergência climática e a falta de empregos com direitos e salários dignos, é fundamental investir e iniciar um percurso de alterações no mundo do trabalho para a neutralidade carbónica, que assegure, nomeadamente, que nenhum trabalhador seja prejudicado no seu salário e direitos pelas reestruturações e pelas «transições verde e digital» da União Europeia.
- . Promoção da agroecologia, das hortas urbanas biológicas com ocupação de espaços devolutos e medidas de apoio aos circuitos curtos de produção/consumo e a estratégias que façam frente à grande distribuição. Garantir que as cantinas escolares e municipais consumam prioritariamente produtos de proximidade, de características regionais e biológicas.

. Não há mercado no espaço, no tempo e no serviço público da habitação, do transporte, da saúde, da educação, da cultura e da segurança; há, sim, lugar ao planeamento e organização destes bens e serviços, para a comunidade municipal e intermunicipal poder construir uma sociedade resiliente e sustentável, uma sociedade em que o Cidadão tem a palavra e poder de organizar, propor e decidir respostas coerentes e consequentes de integração social e territorial com os bens colectivos, sociais e económicos e escolher a equipa que os executa.

. **Cidade de Proximidade, a Cidade da Boa Vizinhança exige o usufruto pelo cidadão de todos os espaços públicos, como todo o espaço ribeirinho e as fontes de primeira necessidade como a água.**

4. Mobilidade só tem resposta nos transportes públicos

. Descarbonizar a cidade – arejar as mentalidades

. **A mobilidade em Lisboa é um dos principais problemas da cidade** - A cidade organizada em função do automóvel é o maior contra-senso quando se quer combater as alterações climáticas, defender o ambiente e a qualidade de vida urbana.

. **É imprescindível criar um sistema de transportes públicos gratuito e denso em toda a área metropolitana de Lisboa que, conjugado com o direito à habitação nas proximidades do local de trabalho, permita evitar a entrada exagerada de carros nas áreas centrais de Lisboa e a correspondente poluição.**

. Aumentar, nesse contexto, o número de ciclovias e bicicletas gratuitas.

. A mudança tem de ser imediata e aumentar já a oferta de transporte público: **passé social e bilhete universal e gratuito para todos os transportes públicos à escala metropolitana**. É preciso alargar a oferta e a regularidade das carreiras. Não podemos continuar à espera, a descarbonização já era para ontem.

. **É preciso mais faixas exclusivas de transportes públicos**. São necessárias, no contexto referido, mais faixas reservadas ao transporte público nas ruas e avenidas da cidade, alterando a circulação dos veículos privados se necessário.

. **É urgente corrigir de imediato todos os problemas da Carris-Metropolitana.**

. A política de desinvestimento nos transportes públicos deixou uma pesada herança. É preciso uma aposta nos transportes públicos e na mobilidade elétrica (Metro, elétricos e autocarros elétricos e CP), que **os torne gratuitos**, aumente a qualidade, reduza drasticamente os tempos de espera e crie uma rede que chegue a toda a cidade. **Os meios de transporte suaves são também uma aposta ecológica para a melhoria da mobilidade por toda a cidade, especialmente quando estão articulados com os meios mais pesados de transporte.**

. **Criação de parques de estacionamento dissuasores nas entradas de Lisboa, com qualidade e segurança, assim como parque gratuito para quem tiver passe social;**

. Renegociação com o Governo da expansão da rede de Metropolitano, incluindo a **extensão da linha para a zona ocidental de Lisboa, que deve ser acelerada**. Aplicação imediata: **Plano de Mobilidade da Zona Ocidental**. Este Plano inclui reforço da rede de transportes com mais carreiras e *horários*, com especial incidência nas zonas mais carenciadas e medidas urgentes de reforço. O Plano consagrava também novos equipamentos (rede de elétricos rápidos) articulados com os interfaces daquela zona da cidade;

. Melhoria da Rede de Elétricos explorada pela Carris através das seguintes medidas: a) Investimento na aquisição de pelo menos **30 novos elétricos**, com melhores condições de conforto, segurança e acessibilidade; b) **Expansão da linha 15-E** até ao Parque das Nações e a Sacavém;

.Criação da linha circular da CP que ligue os concelhos da Margem Sul a Lisboa com uma nova ponte ferroviária na zona oriental de Lisboa.

5. Infra-estrutura aeroportuária

O Governo aprovou a realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) que incidirá sobre as possíveis localizações do novo aeroporto da região de Lisboa. Esta era uma das reivindicações há muito das ONGAs, que possibilitará, se for realizada com critérios de interesse público e ambiental, de forma transparente e participada, uma decisão política a curto prazo alicerçada de forma técnico-científica.

Consideramos que nesta AAE devem ser consideradas todas as alternativas possíveis, sendo certo que defendemos a desativação faseada da Portela o que, desde logo, torna inexecutável o Montijo. A definição da nova localização deve dar lugar de imediato a um Plano Pormenor, bem como a um Plano Estratégico de desenvolvimento social e urbanístico.

Esta avaliação deve considerar a articulação das novas infraestruturas aeroportuárias com a rede ferroviária, no sentido de se cumprir a recomendação da União Europeia quanto à substituição de voos com menos de 600 km de distância pelo transporte ferroviário, dando assim prioridade a um modo de transporte bem mais seguro e muitíssimo menos poluente.

As obras no atual aeroporto Humberto Delgado, devem ter por objetivo único a melhoria do serviço prestado e nunca o aumento do número de aeronaves que já hoje usam esta infraestrutura, o que, a acontecer, aumentaria a poluição sonora e atmosférica sobre Lisboa e a probabilidade de ocorrência de um acidente de dimensões inimagináveis na nossa cidade;

Somos pela proibição de voos noturnos, entre as 23 e as 6 horas, excetuando situações de emergência ou excepcionais. A população tem direito ao repouso, à qualidade ambiental e à segurança, que não pode ser submetido aos interesses da ANA/VINCI.

6. RESPONDER PELA UNIDADE E PELA POLÍTICA, NA CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA À AUSTERIDADE.

. CUIDAR DE ORGANIZAÇÃO EM TODA A CIDADE E DA REDE DE AUTARCAS.

. O alargamento e consolidação da influência política na cidade começa nas freguesias, na proximidade e na comunicação que geram. Em espaços de acesso dos cidadãos. A nossa presença autárquica nas freguesias cria oportunidades e responsabilidades ao Bloco.

. Reforçar a interação entre a organização e o trabalho em rede de todos os autarcas de freguesia e entre estes e os/as eleitos/as nos órgãos do município é uma prioridade. É o trabalho de proximidade em ligação permanente com a população que permite um melhor conhecimento dos seus problemas e propostas de solução.

. A plena intervenção do Bloco ao nível dos órgãos do município só será possível se estiver em permanente diálogo e ligação com esta rede de autarcas das freguesias e dos diversos ativistas e grupos de trabalho sectoriais que devem funcionar. **Um projeto político que não chegue aos locais, às freguesias e aos bairros, é um projeto fechado e elitista.**

. Devemos realizar reuniões mensais com todos os/as autarcas para fazer circular informação, articular propostas, preparar apoio mútuo e dinamizar iniciativas dentro e fora das autarquias.

. **Fomentaremos a criação de núcleos com base em bairros, freguesias ou grupos de freguesias, estimulando agendas de trabalho e intervenção, interligados com a atividade organizada com os autarcas.**

. O órgão político da cidade de Lisboa do Bloco é a Concelhia. É a ela que compete definir as linhas orientadoras da atividade do Bloco na Câmara e na Assembleia Municipal. Todas as agendas das reuniões de Câmara e Assembleia devem ser distribuídas a todos os elementos da Concelhia mal cheguem ao gabinete do Bloco na Câmara ou na Assembleia. Todos os documentos estruturantes como: Orçamento e Plano, reestruturação dos serviços municipais, quadro de pessoal, operações urbanísticas (PDM, Planos de Pormenor, de Urbanização, de loteamento; Plano Estratégico de Desenvolvimento urbano; Plano Geral das Intervenções na Frente Ribeirinha, Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas: Plano Ação Climática Lisboa 2030, etc.), licenciamentos de obras com impacto na cidade, criação de taxas, devem previamente ser discutidas na Concelhia, ficando o gabinete responsabilizado pelas decisões tomadas.

O Bloco deve procurar ser em Lisboa um espaço aberto e federador de ativismos, privilegiando o respeito pela autonomia desses movimentos. É nesse sentido que as/os militantes empenhadas/os nos vários ativismos, dos movimentos antirracistas aos LGBTI, do direito à habitação, cultura, desporto e associativismo, até aos estudantis, laborais ou até da comunicação, em vez de serem tratados como meros transmissores da “linha”, devem encontrar no Bloco concelhio os aliados e os meios para apoio aos seus ativismos concretos, ao mesmo tempo que trazem ao partido as suas experiências e propostas. A nossa política começa nos bairros, nas freguesias, nos locais de trabalho e de ativismo e estende-se até aos órgãos municipais. Todos/as são precisos. Todas/os têm lugar. Temos de aumentar a capacidade da nossa intervenção e decisão local. Somos a esquerda transformadora, socialista e ecológica.

Lisboa, 27 de Outubro de 2022

Mandatário: Mário Tomé



Lista **E** - Candidata à Coordenadora Concelhia de Lisboa às eleições de 26 de Novembro de 2022

Com a tua participação, decisão e com unidade, o Bloco será + forte !

Mandatário: Mário Tomé

Efetivos

- 1 – José Casimiro – 660 – (Penha de França)
- 2 - William Ricardo Teixeira Naval – 7334 – (Avenidas Novas)
- 3 – Sílvia Carreira – 9138 – (Sta Maria Maior)
- 4 - João Luís - 10226 - (Marvila)
- 5 - Daniela Louro - 3144 - (Arroios)
- 6 – Ana Sofia Cortes - 9397 - (Benfica)
- 7 – Paulo Curado Cardoso – 10629 - (Campolide)
- 8 – Roberto Tavares - 8289 – (Alvalade)
- 9 - Marina do Carmo – 15242 - (Beato)
- 10 - Maria do Sameiro - 596 - (Sta Clara)
- 11– José Bastos – 5958 (Alvalade)
- 12 - Ana Vieira de Castro - 9480 – (Penha de França)
- 13 – João Vaz – 2743 – (Misericórdia)
- 14 – Andreia Sofia Fradinho – 13973 (Marvila)
- 15 - Custódio Alexandre Rodrigues – 12589 – (Marvila)
- 16 - Eduarda Monteiro - 1094 - (Arroios)
- 17 – Vítor Ferreira – 719 - (Penha de França)
- 18 - António Veloso – 7458 - (Benfica)
- 19 – Cíntia Cardoso - 8170 - (Penha de França)
- 20 - Miguel Cabral – 2247 – (Campolide)
- 21 – Nuno Fugas – 13741 – (Sta Maria Maior)

- 22 - Vera Timóteo - 127 - (S. Domingos de Benfica)

- 23 – Armando Rocha – 14192 – (Penha de França)

- 24 – Ana Maria Lourenço – 12525 – (Sta Maria Maior)

- 25 - Octávio Joaquim Jorge – 7136 – (Campolide)

Representante da Lista E: Roberto Tavares

Apoiantes da Lista **E - Candidata à Coordenadora Concelhia de Lisboa
às eleições de 26 de Novembro de 2022**

Com a tua participação, decisão e com unidade, o Bloco será + forte !

Mandatário: Mário Tomé

Apoiantes:

Adriano Zilhão

Acácio Pinheiro

Álvaro Carvalho

Ana D' Espiney

Ana Sofia Cortes

Ana Vieira de Castro

Andreia Sofia Fradinho

António Veloso

Armando Rocha

Carlos Madruga

Carlos Marques

Cíntia Cardoso

Daniela Louro

Eduarda Monteiro

Fátima Santos Filipe

Hélder Pires Marques

João Bau

José Bastos

José Casimiro

José Marin

José Pedro Redondo

Luís Possantes

Maria do Sameiro

Marina do Carmo

Mário Tomé

Mirian de Sousa

Nuno Fugas

Octávio Jorge

Paulo Curado Cardoso

Paulo Ricardo do Carmo

Roberto Tavares

Silvia Carreira